



Universidade de Brasília

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Disciplina: Projeto de Curso

Orientadora: Walkíria Neiva Praça

A IMPESSOALIZAÇÃO DA 1ª PESSOA DO SINGULAR EM ANÚNCIOS COMERCIAIS NO DISTRITO FEDERAL

Cynthia Oliveira Barros

Brasília, 25 de julho de 2013.

Universidade de Brasília

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Disciplina: Projeto de Curso

Orientadora: Walkíria Neiva Praça

**A IMPESSOALIZAÇÃO DA 1ª PESSOA DO SINGULAR EM ANÚNCIOS
COMERCIAIS NO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho apresentado como
requisito de conclusão do curso de Letras
- Português, da Universidade de Brasília,
sob orientação da profa. Dra. Walkíria
Neiva Praça.

Brasília, 25 de julho de 2013

Sumário

SEÇÃO 1	5
1.1	INTRODUÇÃO.....	5
SEÇÃO 2	7
2.1	VOZ VERBAL.....	7
2.2	PASSIVA.....	10
2.3	PSEUDOPASSIVA.....	12
2.4	ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO	13
2.5	AS FUNÇÕES DO SE	14
2.6	O APAGAMENTO DO SE.....	15
SEÇÃO 3	17
3.1	A IMPESSOALIZAÇÃO DA PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR.....	17
SEÇÃO 4	22
4.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
SEÇÃO 5	22
5.1	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

ÍNDICE DE TABELAS

1	Comparação entre o italiano (pro-drop) e o inglês (não-pro-drop)	17
1.1	Conjugações verbais originárias	18
1.2	Conjugações verbais após fenômenos de gramaticalização	18

SEÇÃO 1

1.1 INTRODUÇÃO

“[...] não há língua que permaneça uniforme. Todas as línguas mudam. Esta é uma das poucas verdades indiscutíveis em relação às línguas, sobre a qual não pode haver nenhuma dúvida”. (Possenti, 1996)

Segundo Saussure (apud Othero, 2004, p. 1), o tempo altera todas as coisas, e com as línguas não ocorre de maneira diferente: elas são sistemas dinâmicos, que estão em constante evolução. Sofrem variações, modificações e transformações para se adequar aos usos inovadores de seus falantes. Fatores históricos, culturais, temporais, sociais, geográficos e, principalmente, a necessidade de facilidade e velocidade na comunicação são responsáveis por essas alterações, que, constantemente entram em conflito com as tradições linguísticas postuladas pela Gramática Tradicional, doravante GT, dotadas de um conservadorismo que, de acordo com Bagno (2012), é infundado e inadmissível.

Apesar das barreiras impostas pelo tradicionalismo, a Língua Portuguesa, especialmente a brasileira, vem sofrendo diversas modificações nos últimos tempos. A criatividade e espontaneidade das comunidades falantes deram origem a um Português diversificado, que no caso brasileiro, foi tomando forma, ganhando corpo e originando uma língua própria: o Português Brasileiro (PB), que mesmo não tendo sofrido tantas alterações a ponto de se emancipar como uma “nova língua”, construiu uma identidade capaz diferenciá-lo do Português de Portugal (Silva, 2013). As mudanças linguísticas no PB são extremamente abundantes na fala, mas também podem ocorrer em alguns contextos da escrita.

O presente trabalho tem por objetivo descrever um fenômeno de gramaticalização recorrente na fala e, de certo modo, aceito na escrita de cunho comercial. Possivelmente por ser um lugar em que a escrita tem de ser direta e eficiente, verifica-se em placas de anúncios comerciais no Distrito Federal (DF) a utilização do verbo flexionado em 1ª pessoa do singular, porém não como uma referência do falante a si mesmo e sim como uma impessoalização do agente. Neste contexto não é verificada a ocorrência do pronome do caso reto “eu”, o verbo é apenas flexionado em primeira pessoa, como em “vendo”, “alugo”, “jogo” etc. A estrutura encontrada nas placas é a formada por um **verbo na 1ª pessoa do singular + sintagma nominal [vendo carros] ou verbo na 1ª pessoa do singular + Ø [vendo]**. Neste caso, observa-se a omissão do objeto, pois o anúncio é feito no próprio produto a ser comercializado como em placas afixadas em carros, bicicletas, casas ou o

anúncio é expresso no produto como em “vendo” e “alugo” escrito na traseira de carros ou muros de casas.

Provavelmente, as estruturas citadas acima, bem como as outras encontradas em anúncios, a saber: vende casa, aluga bicicletas (com verbos flexionados em 3ª pessoa), com apagamento do pronome SE, sejam uma estratégia mais econômica do falante para expressar a indeterminação do agente. Seguindo o pensamento de Bagno (2012) e Ataliba (2010), acredita-se que o pronome SE presente nas orações chamadas de passivas sintéticas não representa um apassivador, mas um índice de indeterminação do sujeito, surgindo assim uma voz ativa e não passiva como reza a GT. Por isso, neste trabalho a passiva sintética será chamada de pseudopassiva.

.O trabalho está organizado da seguinte maneira: na seção 2, faz-se uma revisão acerca de aspectos gramaticais relacionados ao clítico SE e ao seu apagamento; em 2.1 tratamos do conceito de voz verbal; em 2.2 é realizada uma revisão sobre passiva; já em 2.3 abordamos a pseudopassiva; em 2.4 discorremos sobre o índice de indeterminação do sujeito; por sua vez, em 2.5 analisamos as funções da forma SE e em 2.6 o seu apagamento. Por fim, na seção 3 analisamos a impessoalização da 1ª pessoa do singular. As considerações finais são apresentadas na seção 4.

SEÇÃO 2

2.1 VOZ VERBAL

Lyons (apud D'Ávila, 2006, p. 22) ensina que originalmente o termo voz foi utilizado pelos gramáticos romanos com duas possíveis significações: a primeira relacionada à produção de “sons” pela vibração das cordas vocais, e a segunda relacionada à “forma” de uma palavra “soar” em oposição ao seu significado. A primeira acepção permanece bastante viva na Linguística e é utilizada em estudos fonéticos e fonológicos da língua, já a segunda desapareceu da Linguística Moderna dando origem a uma terceira relacionada às “formas” ativa e passiva do verbo. É justamente esse terceiro significado que trabalharemos.

De acordo com D'Ávila (2006), os conceitos trazidos pela GT a respeito da categoria “voz verbal” muitas vezes são inconsistentes ou contraditórios, revelando por vezes dissonâncias e incompletudes causadas principalmente pelo fato de que as definições de “voz” apresentadas variam segundo critérios estabelecidos pelos próprios gramáticos, dentre os critérios temos: a forma, a significação do verbo, ou ainda, o tratamento do processo verbal em relação ao sujeito. A autora defende que para se construir um conceito de voz é necessário que se trate a língua como um sistema em constante funcionamento, não como algo engessado com conceitos que não perpassam as situações ocorridas em seu uso real. Para construir seu ponto de vista, D'Ávila (2006) utiliza a teoria enunciativa de Benveniste, que defende a “tese de que o *eu*, *tu*, *este*, *aqui* e *agora* são formas linguísticas vazias de significação, que se tornam plenas por intermédio do interlocutor, que ao se enunciar *eu*, estabelece um *tu*”. Isso significa que para se estabelecer conceitos não bastam fórmulas prontas e acabadas que muitas vezes não condizem com o que falante deseja declarar em seu discurso, é preciso acompanhar a realidade da comunidade linguística.

Para compreender melhor a análise acima, vejamos dois exemplos:

A voz do verbo (também chamada diátese) é a propriedade que nos informa sobre a relação entre o estado de coisas referido e os participantes do que é relatado. Bagno (2011, p. 580)

A voz verbal é a maneira como se apresenta a ação expressa pelo verbo em relação ao sujeito. Tal relação pode ser de atividade, de passividade ou de atividade e passividade ao mesmo tempo.” Sacconi (2011, p. 245)

Na primeira definição, Bagno (op.cit) são considerados os **participantes da oração** e não apenas o sujeito. Além disso, o conceito apresentado parece

considerar também o contexto em que o enunciado ocorre. Isso pode ser cogitado pelo seguinte trecho da fala: “*a relação entre o estado de coisas referido*”. Por sua vez, Sacconi (2010) privilegia a relação gramatical “sujeito”.

É importante destacar que Bagno (2012, p. 580) pondera que para uma boa compreensão do conceito de voz verbal é necessário que se diferencie papéis sintáticos e semânticos dos elementos da sentença. Explica que as noções de sujeito e objeto direto, por exemplo, referem-se a funções sintáticas, enquanto as noções de agente e paciente referem-se a noções semânticas, por isso não se pode confundir sujeito com agente nem objeto com paciente.

Outro ponto a ser observado é que Sacconi (2010) fala a respeito das relações de atividade, passividade e reflexibilidade. Essas são as três relações que dão origem à classificação dada pela GT às vozes verbais em voz ativa, voz passiva e voz reflexiva.

Em relação à atividade, passividade e reflexividade das vozes verbais, referidas acima, estudiosos parecem convergir:

O verbo ocorrer em três vozes:

Voz ativa: quando o sujeito é o agente (ou executor da ação verbal);

Voz passiva: quando o sujeito é o paciente (ou que sofre a ação verbal);

Voz reflexiva (ou média): quando o sujeito é o agente e o paciente.
Savioli (1994, p. 631)

(...) sujeito sentencial (...). Se ele for agente, teremos a voz ativa, se for paciente, teremos a voz passiva, e se for ao mesmo tempo agente e paciente, teremos a voz reflexiva. Castilho (2010, p.436)

Bagno (2012), Sacconi (2011) e Bechara (2006) também caminham no sentido da existência de três vozes. Almeida (apud D’Avila, 2006, P.33) acrescenta a existência da voz neutra, que é, segundo o gramático, a representada por verbos neutros, que são aqueles em que o sujeito não pratica e nem sofre uma ação, esses verbos indicam apenas resultado de ação.

A divergência só aparece quando se cogita a existência de duas formas de voz passiva. Segundo a GT, a voz passiva existe em duas formas: analítica e sintética.

A voz passiva analítica é aquela formada por verbo auxiliar, predominantemente o verbo ser + particípio passado + preposição por (contraída ou não com artigo) + agente da passiva:

- 1) O jornal foi lido pelo médico.
- 2) A prova foi feita pelo aluno.

- 3) O cadarço foi amarrado por mim. Sacconi (2011)
- 4) A onça foi morta por João.

Já a voz passiva sintética é a formada por verbo transitivo direto ou transitivo direto e indireto (conjugados na terceira pessoa do plural ou do singular) + pronome se chamado de partícula apassivadora ou pronome apassivador:

- 5) Vende-se casa.
- 6) Não **se** aceitam devoluções de mercadorias.
- 7) Compram-**se** carros usados.
- 8) Procuram-**se** políticos íntegros e de boa vontade.

A discordância gira em torno dessa última voz.

Vejamos:

A voz passiva poder ser: sintética (formada com um verbo transitivo direto acompanhado do pronome se, que se diz apassivador (...)). (SACCONI, 2011, p. 245)

Cunha & Cintra (2001, p.385) também confirmam a existência da passiva sintética:

*Exprime-se a voz passiva (...):
b) com o pronome apassivador se e uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito (...).*

Cegalla (2000, p.515-516) compartilha da mesma visão ao demarcar uma das funções do se:

*(...) pronome apassivador. Forma a voz passiva pronominal, juntando-se a verbos transitivos diretos:
Ex: Sabe-se que as línguas evoluem.*

A grande discussão seria: Existe mesmo voz passiva sintética? Ou o que a GT chama de passiva sintética seria apenas uma voz ativa com se sendo um índice de indeterminação do sujeito?

Segundo Bagno (2012), a voz passiva só existe no Português Brasileiro em sua forma analítica e o que a GT chama de partícula apassivadora não passa de um sujeito semanticamente indeterminado em uma voz ativa.

Observemos:

A voz passiva se constrói, no PB, única e exclusivamente de forma analítica. A insistência da TGP e de seus seguidores em postular a existência de uma “voz passiva sintética” é uma

*irracionalidade que vem sendo provada e comprovada por filólogos e linguistas desde o início do século XX. **Não existe voz passiva sintética no PB.** O que existe, sim, são construções ativas em que o clítico se exerce papel sintático de **sujeito** e o papel semântico [indeterminado].*

Castilho (2010), ao abordar a perda do traço de reflexibilidade pelos pronomes, também indica um comprometimento do que a GT chama atualmente de passiva sintética:

A perda do traço do pronome se, que culminará com seu desaparecimento (= grau final de gramaticalização), trouxe várias alterações na estrutura da passiva pronominal: seu sentido passivo ficou comprometido, surgindo em seu lugar o sentido de indeterminação do sujeito; desapareceu a concordância do verbo com seu sujeito passivo, agora reanalisado como objeto direto; (...).

E é a partir daí que surge a nomenclatura “pseudopassivas sintéticas” para se denominar as conhecidas passivas sintéticas.

2.2 PASSIVA

As gramáticas tradicionais ainda tratam o conceito de voz passiva de forma bastante genérica e superficial. Ao consultar tais fontes é comum encontrar conceitos do tipo: “Voz passiva é aquela em que o sujeito sofre a ação” ou “Voz passiva é aquela em que a ação verbal recai sobre o sujeito”. Um exemplo claro é definição dada por Sacconi (2011, p. 245):

*Voz passiva: o sujeito se diz **paciente**, porque é o receptor da ação verbal [...].*

Castilho (2010, p. 436) adverte a não se fazer tal conceituação:

Agora, um conselho: não defina voz passiva como aquela em que o sujeito “sofre os efeitos da ação verbal”. Já me estrepei em sala de aula por ter usado essa definição, pois ao pedir a um aluno que me desse um exemplo de voz passiva ele me saiu com esta: (141) Eu cortei o dedo. Reclamei que o verbo estava na voz ativa, mas o aluno replicou que o sofrimento tinha sido todo dele, e que gramática não é anestésico. Daquele dia em diante passei a desconfiar das explicações puramente semânticas. E aprendi que no domínio do sistema semântico, o falante mais cria sentidos do que apenas decodifica os sentidos veiculados pelas expressões linguísticas.

Castilho (op. cit) deixa evidente a mistura de papéis sintáticos e semânticos existentes nas definições tradicionais. Essa mistura não acontece por acaso, Evangelista (2009, p. 13-15), em um estudo da voz passiva na perspectiva funcionalista, explica que a passiva é uma **forma marcada**, pois

apresenta uma estrutura em que há inversão dos papéis sintáticos, apesar dos semânticos continuarem os mesmos.

Bagno (2012) exemplifica:

1a. O gato apanhou o rato

O gato = sujeito agente

O rato = sujeito paciente

1b. O rato foi apanhado pelo gato.

O rato = sujeito paciente

gato = agente da passiva

O que se pode perceber nos exemplos é que “o rato”, mesmo ocupando em cada oração posições sintáticas diferentes – a de objeto na primeira ocorrência e a de sujeito na segunda ocorrência – continua a sofrer a ação, portanto, o papel semântico do constituinte “o rato” continua o mesmo.

Além disso, Bechara (apud Silva, 2009, p. 107) ressalta a importância de se distinguir *passiva* de *passividade*, visto que nem sempre coincidem. Explica que voz passiva é uma *“forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação”*, enquanto passividade significa o *“fato de a pessoa receber a ação verbal”*, podendo ocorrer tanto na voz passiva quanto na ativa. Ex: “A seleção de basquete da Sérvia **apanhou** feio da Argentina, (Bagno 2010, p. 580). Bagno (op. cit) esclarece que apesar de o verbo da oração encontrar-se na voz ativa, *“seu significado faz com que o sujeito (“a seleção de basquete de Sérvia”) seja, aqui, paciente, pois foi a seleção da Sérvia que **sofreu** a derrota diante da Argentina”*.

Para a corrente funcionalista, segundo Camacho (apud Evangelista, 2009, p. 14):

*A construção da voz verbal deve ser vista a partir de um olhar semântico-oracional e pragmático discursivo, portanto a construção passiva é definida como um **domínio multifatorial** e, por isso, sujeita a uma caracteriza prototípica a partir da qual ganham contorno próprio.*

Givón (apud EVANGELISTA, 2009, P.14) argumenta que pelo fato de ser um conceito multifatorial, a voz passiva envolve três domínios funcionais: A) Topicalidade: a função de Tópico é direcionada a um argumento não- agente, ao contrário do que ocorre com a sentença ativa correspondente, na qual o Tópico é normalmente o Sujeito/Agente. B) Impessoalidade: A identidade/presença do argumento Agente (geralmente sujeito claro na oração

ativa) é suprimida. C) Detransitividade: a estrutura da voz é semanticamente mais estativa que na construção “ativa” correspondente.

Logo, a definição da passiva não pode resumir-se a conceitos fechados e inflexíveis, pois “as estruturas sintáticas são motivadas pelos diferentes contextos” Evangelista (op. cit.).

2.3 PSEUDOPASSIVA

Conforme visto em 2.1, a Gramática Normativa classifica a voz passiva em analítica e sintética. Nas orações ditas passivas sintéticas, o pronome *se* é considerado partícula apassivadora. Entretanto, Bagno (2009, p. 123-137) argumenta que não é assim que ocorre nas situações reais de uso da passiva. O falante ao usar a voz passiva tenta obedecer à ordem canônica do português, ou seja, sujeito/verbo/complemento. Por isso, no Brasil é comum encontrar construções do tipo “*vende-se casas*” ou “*aluga-se carros*” ao invés de “*vendem-se casas*” ou “*alugam-se carros*”, tidas como gramaticalmente corretas. Nesses casos, para o falante, o pronome *se* representa a indeterminação semântica do sujeito da frase, enquanto o elemento *vendido* ou *alugado* representa o objeto direto. Bagno (op. cit) afirma que essas construções não passam de uma voz **ativa** com sujeito indeterminado, por isso a nomenclatura “pseudopassiva sintética”. A partir da explicação de Bagno, poderíamos pensar o seguinte:

Para a GT: voz passiva

Vendem-se casas

↓ ↓ ↓

verbo P.A sujeito

Para o falante: voz ativa

Vende-se casas

↓ ↓ ↓

verbo S.S.I objeto direto

S.S.I = sujeito semanticamente indeterminado

PA = partícula apassivadora

Camacho (2000, p. 218) chama “a pseudopassiva sintética” de voz impessoal e também sustenta que essa voz na verdade é ativa e não passiva:

A descrição das gramáticas tradicionais sustenta que construções impessoais são passivas reais em razão de ser o argumento único do Sujeito formal: embora posposto, controla a concordância número-pessoal com o verbo. Entretanto, nem todas as construções desse tipo se fazem marcar por se, eliminação que, de resto, acompanha a perda de clíticos já atestada no português (cf. Kato & Tarallo, 1986). Além disso, nem sempre, como se sabe, o

*argumento único do predicado na construção impessoal se comporta como Sujeito real: além de ocupar uma posição destinada ao Objeto, nem sempre se mantém a codificação morfosintática que regula o comportamento nominativo desses SNs. Cria-se, assim, uma espécie de **voz ativa impessoal indeterminadora**, em que o argumento Paciente não recebe função de Sujeito, cuja posição fica marcada formalmente pela presença do clítico se. [grifo nosso]*

Bagno (2010) e Castilho (2010) explicam que as Gramáticas Tradicionais não acompanham a evolução natural da língua, segundo eles essa atribuição de partícula apassivadora dada pelos tradicionalistas advém do latim vulgar, em que o SE realmente indicava passividade, mas que com o tempo esse sentido foi desaparecendo. Castilho (2010, p. 481) cita Maurer Jr. (1951) para esclarecer esse ponto:

[...] o se ocorria:

(3) Na indicação da passividade, derivada da noção de espontaneidade: afinal, se alguém pratica uma ação de seu interesse, obviamente sofre as conseqüências. Segundo Maurer Jr., já na linguagem popular latina se encontrava esse se apassivador, em construções como *Myrina, quae Sebastopolim se vocat*, “Myrina, que se chama (= é chamada) Sebastopol”, em que *se vocat* está no lugar da forma passiva *vocatur*.

Confirmando o caráter obsoleto da “pseudopassiva”, Bagno (2009) ressalta que para se esquivar do uso da “pseudopassiva sintética”, que soa um tanto quanto artificial e causa certo estranhamento ao leitor, redatores vêm utilizando outras formas de indeterminação do sujeito, pois, segundo ele, mesmo os “próprios defensores do tradicionalismo gramatical reconhecem a estranheza da concordância do objeto com o verbo”.

2.4 ÍNDICE DE INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO

Segundo a GT, o se como índice de indeterminação do sujeito é o que, segundo Sacconi (2011, p. 580), “acompanha verbo que não tem objeto direto”. Ele dá os seguintes exemplos:

1. Não se é ministro, se está ministro.
2. Precisa-se de empregados.
3. Ama-se muito aqui.
4. Vive-se bem nesta cidade.

Bechara (apud GOMES, 2007, p. 30) amplia o conceito de índice de indeterminação do sujeito dizendo:

*[...] o se como índice de indeterminação do sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto -, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: **Vendem-se casas** = “Alguém tem casas para vender”) e de ligação (**É-se feliz**). A passagem deste de passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo.*

Já Bagno (2010, p. 803-804) considera o que a GT chama de índice de indeterminação do sujeito como o próprio sujeito. Ele explica que além da noção de passividade (explicitada e 2.3) o pronome se no latim exercia a função de acusativo (objeto direto), “um objeto direto reflexivo, ou seja, equivalente ao próprio sujeito”. Entretanto, por um processo de gramaticalização, se passou a indicar também o “sujeito [+ indeterminado]”:

*Cem anos de estudos filológicos e linguísticos já demonstraram que não existem as categorias morfossintáticas de “partícula apassivadora” nem de “índice de indeterminação do sujeito”, improvisadas pela tradição gramatical para tentar fugir da óbvia propriedade do pronome **se** de exercer a função de **sujeito** semanticamente indeterminado.*

Como se pode observar há profundas discordâncias no que tradicionalmente se chama de índice de indeterminação do sujeito, confirmando mais uma vez as incongruências existentes entre a GT e PB utilizado no país.

2.5 AS FUNÇÕES DO SE

No Português Brasileiro, a partícula SE pode ser inserida tanto na categoria dos pronomes, quanto na das conjunções. Como conjunção, temos SE como integrante ou como subordinativa condicional. Brito (2007, p.15)

Vejamos:

1. “Se eu não te amasse tanto assim, talvez não visse flores [...]”. SE conjunção subordinativa condicional.
2. Quero saber se ela virá ao baile de noivas. SE conjunção integrante.

O uso do SE como conjunção é bastante comum em nossa língua e não causa estranhamentos ao falante. Já como pronome o SE exerce variadas funções segundo a GT.

Encontra-se o pronome SE com as seguintes funções (Brito, 2007, p.15):

3. Objeto direto;

Ex: A jovem vestia-se.

4. Objeto indireto;

Ex: Márcia se deu ares de importância.

5. Sujeito de um infinitivo;

Ex: Virgília deixou-se cair, no canapé, a rir. Assis (1988: 185)

6. Pronome apassivador;

Ex: Alugam-se amores.

7. Partícula expletiva;

Ex: *Foi-se embora chorando.*

8. Parte integrante do verbo;

Ex: Maria suicidou-se.

9. Índice de indeterminação do sujeito.

Ex: Precisa-se de manicures.

Além dessas funções, Sacconi (2011, p. 579) ainda cita a função de substantivo, quando a palavra se “vem determinada por artigo ou pronome adjetivo”.

2.6 O APAGAMENTO DO SE

O apagamento do pronome se é cada vez mais comum no Português Brasileiro (PB), Cavalcante (1998, apud BITTENCOURT, 2006, p. 7) em seus estudos observa o desaparecimento progressivo dos clíticos no PB, quer reflexivos ou não-reflexivos.

Bittencourt (2006, p.5) aponta que a hierarquia do apagamento, em ordem decrescente, seria a seguinte: a) se – função indeterminadora; b) se – função passiva; c) se – função reflexiva; d) se – função recíproca.

Atualmente é bastante comum encontrarmos tanto na fala, quanto na escrita, construções do tipo:

1. Conserta sapatos (no lugar de “Conserta-se sapatos”);
2. Discutiram as questões (ao invés de “Discutiram-se as questões”);

3. Trata de uns assuntos mal resolvidos (no lugar de “Trata-se de uns assuntos mal resolvidos”);

4. Vive bem aqui (em substituição a “Vive-se bem aqui”);

5. Nossa firma foi eleita o melhor lugar para trabalhar em Salvador (no lugar de “Nossa firma foi eleita o melhor lugar para se trabalhar em Salvador”). (BAGNO, 2012, p.1004).

Para justificar tal apagamento, Bittencour (2008, p.197) apresenta duas hipóteses:

1) *Supomos que a diminuição e/ou perda de traços, em particular de pessoa e número, e /ou propriedades sintáticas e semânticas e a mudança progressiva da referência estejam latentes na base da hierarquia do apagamento;*

2) *O enfraquecimento do sentido passivo e aumento do sentido impessoal nas construções em que o se acompanha verbos transitivos diretos (VTD) e a consequente reinterpretação das passivas como voz ativa impessoal podem representar uma das etapas do processo que leva ao apagamento do clítico se.*

As duas hipóteses supracitadas são bastante relevantes para o processo de gramaticalização da impessoalidade da 1ª pessoa a ser analisado nesta pesquisa. Contudo, fazem-se necessário os seguintes questionamentos:

- Os constituintes oracionais passam a assumir novas formas dentro de orações normativamente consagradas?

-O desaparecimento do se pode ocorrer como uma forma do falante se esquivar das orações prescritivamente ditas passivas sintéticas?

-O não uso do se pode acarretar uma reanálise das pessoas verbais?

-Novas formas de indeterminação do sujeito estão sendo inseridas na língua?

Assim, o que propomos é um estudo do apagamento do se, em particular nas orações que possuem, segundo GT, o se como índice de indeterminação do sujeito ou partícula apassivadora. Constatando assim, possíveis mudanças no comportamento linguístico de falantes do Distrito Federal, mudanças que perpassam entre o SE apassivador, evoluindo para índice de indeterminação do sujeito (ou o próprio sujeito com ressalta Bagno (2009)), logo após o desaparecimento do SE – dando lugar ao verbo flexionado na 3ª pessoa sem o pronome, e finalmente à flexão da primeira pessoa do singular sem pronome.

SEÇÃO 3

3.1 A IMPESSOALIZAÇÃO DA PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR

Maroneze (ano) explica que as línguas, considerando o critério de realização do sujeito, podem ser divididas em dois grupos: línguas *pro-drop* e línguas não-*pro-drop*. Esclarece que as línguas *pro-drop* são aquelas em que há possibilidade de se “recuperar o sujeito através da flexão verbal”, são exemplo o português, o italiano e o espanhol. Já as não-*pro-drop* são as que “exigem o sujeito realizado” através de uma estrutura pronominal, pois ocorre “impossibilidade de se recuperar o sujeito através da flexão verbal”, são exemplos o inglês e o francês. Essa teoria ficou conhecida como Parâmetro do Sujeito Nulo ou Parâmetro *pro-drop* e está inserida na teoria de *Princípios e Parâmetros* de Chomsky.

Maroneze propõe uma comparação entre o italiano (*pro-drop*) e o inglês (não-*pro-drop*):

Tabela 1: Comparação entre o italiano (*pro-drop*) e o inglês (não-*pro-drop*)

Inglês	Italiano	
I sing	Io canto	= eu canto
You sing	Tu canti	= você canta
He sings	Lui canta	=ele canta
We sing	Noi cantiamo	=nós cantamos
You sing	Voi cantate	=vocês cantam
They sing	Loro cantano	=eles cantam

Ao analisar o exemplo acima, percebe-se que o italiano tem uma terminação verbal para cada pessoa, por isso, mesmo que haja sujeito nulo, a pessoa referida será facilmente identificada, ao passo que o inglês possui apenas duas terminações verbais, exigindo assim a presença do pronome para se identificar a pessoa referida no discurso.

De acordo Laperuta (2004), o termo *pro-drop* se constitui em uma “abreviatura de ‘pronome’ (ou do inglês, *pronoun*) e *drop* que, em inglês significa ‘queda’. Portanto, a expressão tem a ver com ‘pronome em queda’/ ‘falta/ ausência de pronome’”. A autora pontua que a tentativa de inserção de

sujeito nulo em línguas não-*pro-drop*, caso do inglês, normalmente é causa de agramaticalidade. Ela exemplifica contrastando português e inglês:

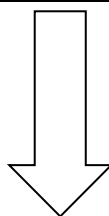
1. I am a man.
2. Sou um homem.
3. * am a man.

É possível reparar que a terceira oração não permite a não-realização do sujeito, tornando-se uma sentença agramatical, já no português (2) a presença do sujeito nulo não implica incoerência na oração.

Laperuta (2004) destaca ainda que apesar do português manter *status* de língua *pro-drop*, pesquisas recentes atentam para o fato de o português brasileiro está caminhando para a classificação de língua não-*pro-drop*. Maroneze também ressaltava essa problemática mostrando a evolução das mudanças ocorridas na referência das pessoas verbais no PB, ele exemplifica essa gramaticalização com a conjugação do verbo “cantar” no presente do indicativo e no pretérito imperfeito:

Tabela 1.1: Conjugações verbais originárias

Presente do indicativo	Imperfeito do indicativo
Eu canto	Eu cantava
Tu cantas	Tu cantavas
Ele/ela canta	Ele/ela cantava
Nós cantamos	Nós cantávamos
Vós cantais	Vós cantáveis
Eles/elas cantam	Eles/elas cantavam



GRAMATICALIZAÇÃO

Tabela 1.2: Conjugações verbais após fenômenos de gramaticalização

Presente do indicativo	Imperfeito do indicativo

Eu canto ~ canto	Eu cantava
Você canta	Você cantava
Ele/ela canta	Ele/ela cantava
A gente canta ~ nós cantamos	A gente cantava
Vocês cantam	Vocês cantavam
Eles/elas cantam	Eles/elas cantavam

Como se pode ver na tabela 1.2, há uma tendência ao enxugamento das flexões verbais, sendo necessária a explicitação do pronome para que haja a identificação do sujeito. Contudo, observa-se que as formas “eu canto” e “canto” (1ª pessoa do singular) e “a gente canta” e “nós” cantamos (3ª pessoa do singular) ainda operam tanto como pro-drop, quanto como não-pro-drop. Além disso, na forma coloquial da linguagem a terceira pessoa do plural pode ser realizada em algumas situações com a desinência - a, reduzindo mais ainda o número de desinências modo-temporal.

Investigou-se o processo de enfraquecimento **semântico** da 1ª pessoa do **singular**, quando utilizada para substituir a “pseudopassiva sintética” em placas de anúncios comerciais no DF. A observação do fenômeno enfatizou a utilização da 1ª pessoa na forma escrita, visto que **não** se verifica alteração da referência do falante a si mesmo quando utiliza a primeira pessoa na modalidade falada.

As estruturas observadas foram:

➤ **Verbo na 1ª pessoa do singular (com sentido genérico) + sintagma nominal**

Ex: Vendo carro

➤ **Verbo na 1ª pessoa do singular (com sentido genérico) + Ø** (denominando a ação verbal que se quer comunicar, em contextos em que fica claro o objeto).

Ex: Vendo

O intuito foi averiguar a ocorrência de impessoalização do agente nesses modelos de anúncio.

Verificou-se então que construções em que a 1ª pessoa do singular é utilizada para anunciar produtos ou serviços estão cada vez mais comuns.

Vejamos:

4. “Vendo casa”.
5. “Dou aulas de reforço”.
6. “Vendo”.
7. “Faço drenagem linfática”.
8. “Jogo búzios”.
9. “Faço unha”
10. “Alugo mesas para festas”.
11. “Compro e vendo ouro”.

A princípio, imagina-se que o sujeito desses verbos seja alguém específico e determinado, justamente em função da presença da desinência – o ou da conjugação em primeira pessoa (caso do verbo “dar”), porém ao consultar os locais em que as placas estão afixadas ou ler as observações nos anúncios percebemos que o sujeito da ação comercial não pode ser facilmente determinado:

Ex:

12. “Vendo casa – **tratar somente com o corretor**”

O anúncio vem em primeira pessoa, mas quem trata mesmo da venda é um terceiro, o corretor.

13. “Dou aulas de reforço” - **placa afixada no portão de residência onde moram diversas pessoas.**

Ao tocar a campainha a pessoa que atende a porta não é necessariamente a que dá aulas de reforço.

14. “Vendo - tel. xxxx-xxxx” – **placa afixada portão de residência e em carro.**

Quem está vendendo? Ao ligar a pessoa que atende não é a que trata da venda.

15. “Faço drenagem linfática” – **placa afixada em frente a salão de beleza onde trabalham várias profissionais.**

Quem faz a drenagem? A manicure? A cabeleireira? Ou uma esteticista contratada para tal finalidade?

O mesmo ocorre com os outros exemplos, a primeira pessoa é utilizada sem referência a um sujeito específico, mas isso só ocorre se **não** houver a presença explícita do pronome “**eu**”, pois, Segundo Benveniste (apud SANTOS, 2009, p. 1408) “o pronome “eu” é a própria consciência de si mesmo”, por isso quando ele estiver presente na oração a pessoalidade será necessariamente marcada.

Tal fenômeno pode ser encarado como natural se considerarmos que no Português Brasileiro os pronomes vêm ao longo do tempo perdendo seus traços de pessoalidade e reflexibilidade. Segundo Castilho (2010), inicialmente o pronome se generaliza para qualquer pessoa e com o tempo acaba perdendo seu traço de reflexibilidade. Vejamos:

16. Eu se alembro, você se alembra, ele se alembra. (Castilho, 2010 :480)
17. Eu se conformei com a decisão dele. (Castilho, 2010 : 480)
18. Eu se machuquei.
19. Nós se confundimos.
20. S'embora, pessoal! (PB padrão, vamos embora pessoal).
21. A gente sivê por aí./ Eu sisqueci./ Eu selembrei. (Castilho, 2010 :480)

Nos exemplos 1, 2, 3 e 4 o que percebemos é a perda do traço de pessoalidade do pronome *se*, que teve seu uso estendido para a 1ª pessoa do singular e para a 1ª pessoa do plural, com isso temos uma gradual supressão dos pronomes *me* e *nos*. Também podemos identificar a perda de reflexibilidade (com exceção do exemplo 5), que Castilho (2010) indica ser um dos passos para o grau final de gramaticalização, os seja, o desaparecimento desses pronomes:

Ex:

22. Eu alembro, você alembra, ele se alembra.
23. Eu conformei com a decisão dele.
24. Eu machuquei

Para o autor, esse desaparecimento iniciou-se com os demais pronomes, mas logo o “se” também começou a desaparecer, o que implicou/implica diversas alterações na estrutura da chamada pela Gramática Tradicional de passiva pronominal, derivada do latim vulgar.

A análise apresentada pretende apenas chamar atenção para um fenômeno de gramaticalização pouco observado, mas que pode causar

profundas modificações nos modelos de indeterminação do sujeito existentes nas GT's, no entanto ressalto que essa pesquisa apresenta apenas hipóteses, são necessários estudos mais aprofundados a respeito do tema, para que se possa comprovar o que foi dito.

SEÇÃO 4

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo não pretendeu ser apenas uma pesquisa a respeito da indeterminação do sujeito no Português Brasileiro, o que se pretendeu aqui foi a investigação de uma estrutura bastante comum, mas pouco ou ainda não abordada em estudos linguísticos atuais.

Trabalhando em uma perspectiva funcionalista contrastada com modelos tradicionais, foi proposto um modelo de indeterminação semântica da 1ª pessoa do singular, que sempre foi pensada como o máximo da pessoalidade na língua portuguesa.

Fazer esta pesquisa também serviu para observar quanto natural, esperto e perspicaz é o falante, que cria a todo tempo novos sentidos para antigas estruturas.

Entretanto, como já mencionado no corpo do trabalho, ressalto que esta é uma hipótese que ainda precisa ser mais bem estudada e observada. Pesquisas de campo; entrevistas com falantes, linguistas, professores e gramáticos; novas leituras e releituras talvez possam contribuir para o aperfeiçoamento da tese apresentada.

SEÇÃO 5

5.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMACHO R.G., **Construções passiva e impessoal: distinções funcionais**. Alfa, São Paulo, 2000.

DIAS C., **O Comportamento dos Verbos Experienciais e Beneficiários Perante a Alternância Causativo-Ergativa: a frequência de uso do clítico se, as realizações morfológicas e os itens lexicais**. Belo Horizonte 2010.

BITTENCOURT R.L., **Anúncios de jornais cariocas do século XIX: o apagamento de pronomes clíticos de forma reflexiva e outros fenômenos linguísticos.** Salvador, 2009.

SILVA A.F., **Anúncios com o clítico se - uma leitura.** UFF, 2009.

CONCEIÇÃO P.V., **A construção VSP na propaganda de rua de Niterói: função e representação.** Revista Protolíngua, vol. 2, nº 2, dezembro 2009.

EVANGELISTA E.M., **A construção da voz passiva na perspectiva tradicional e a teoria funcionalista.** CIFEFIL, Rio de Janeiro, 2009.

GOMES R.F., **O se indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo: uma leitura morfossintático-semântica.** Porto Alegre, 2007.

BITTENCOURT R.L., **No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, apassivadora e indeterminadora.** Salvador, 2006.

BRITO S.S., **SE passivo? Pela derrubada da concordância com a qual ninguém concorda.** Brasília, 2007.

ARMBRUST C., **As funções das construções passivas em editoriais em português e em inglês: um estudo à luz da perspectiva sistêmico-funcional.** São Paulo, 2006.

BARROS D.M., **A voz verbal a partir da concepção da gramática tradicional.** 2012.

D'AVILA N.T., **Voz verbal: uma abordagem.** Porto Alegre, 2006.

OTHERO G.Á., **Sobre a evolução linguística.** Revista Letra Magna, 2004.

BAGNO M., **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro.** Parábola Editorial, São Paulo, 2011.

SACCONI L.A., **Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática.** 31. ed. rev. – Nova Geração, São Paulo, 2011.

CASTILHO, A.T., **Nova Gramática do Português Brasileiro.** Editora Contexto, São Paulo, 2010.

BENVENISTE, É., **Problemas de linguística geral I.** 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

LAPERUTA, M., **A perda da flexão como fator determinante no uso do pronome exposto sujeito em sentenças finitas no português brasileiro.** Rev. do Centro de Edu. e Letras_ vol. 6, p.63-75, 2004.

SANTOS, R. H., **A dêixis discursiva na leitura de textos publicitários**. In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. **Anais...** Maringá, 2009, p. 1407-1414.

ANA CRISTINA SOUZA DA SILVA. *O passado, o presente e o futuro da língua portuguesa*. Filologia.org. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/iijnlflp/textos/O passado o presente e o%20futuro%20da%20l%C3%ADngua%20portuguesa%20-%20ANA%20CRISTINA.pdf](http://www.filologia.org.br/iijnlflp/textos/O_passado_o_presente_e_o%20futuro%20da%20l%C3%ADngua%20portuguesa%20-%20ANA%20CRISTINA.pdf)>. Acesso em: 25/07/2013.

PIRES, V. L., WERNER G. C. K., **A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste**. 2007. UFSM, 2007.

BRUNO OLIVEIRA MARONEZE. *A Realização do Sujeito no Português Brasileiro*. Orbilat.com. Disponível em: <http://www.orbilat.com/Languages/Portuguese-Brazilian/Studies/Subject_realization.htm>. Acesso em: 25/07/2013.